

Comissão aprova desmatamento

ABIANO LANA

BRASÍLIA — Duas militantes do grupo ambientalista Greenpeace roubaram a atenção dos parlamentares que discutem o novo Código Florestal, aprovado ontem por 13 votos a 2 e uma abstenção por uma comissão do Senado. De autoria do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), o código atende aos interesses da bancada de produtores rurais do Congresso. Chica Minara e Vivian Souza se algemaram às cadeiras da comissão do Senado onde o código seria votado. Nem mesmo o reforço na segurança impediu o tumulto. As militantes também acionaram alarmes obrigando a paralisação da sessão por mais de uma hora e a transferência da votação para outra sala.

As militantes trouxeram as algemas dentro da bolsa e um alarme sob o sutiã. Conseguiram driblar até o detector de metais instalado na porta da comissão. Como elas não levaram as chaves das algemas, bombeiros foram chamados. Uma vez soltas, as duas foram levadas para a 2ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal. O Greenpeace alega que o protesto tem apoio popular. O grupo ambientalista apresentou pesquisa do instituto Vox Populli na qual 93% dos brasileiros condenam parlamentares favoráveis ao desmatamento da Amazônia.

Facilidades — O substitutivo de Micheletto deveria ter sido votado terça-feira passada, mas o bate-boca entre parlamentares adiou a sessão para ontem. O no-

vo código altera a medida provisória 2.166-67 e prevê mais facilidades no desmatamento de áreas rurais no Brasil. Permite, por exemplo, o aumento de 65% para 80% no percentual de áreas devastadas na Amazônia Legal. Prevista para o começo da tarde, a votação do código só foi finalizada às 20h20 de ontem.

Uma das poucas representantes dos ambientalistas na comissão, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que o código exigido pelos ruralistas poderá causar um déficit fiscal em vários estados do Brasil. Os produtores rurais querem recursos do governo para promoverem o reflorestamento e bônus para o proprietário que manter reservas em sua propriedade.

“Só no Mato Grosso, os bônus

seriam dez vezes superiores à arrecadação do estado”, afirmou Marina Silva. O governo havia anunciado a disposição de se unir aos petistas para derrubar o substitutivo. A bancada ruralista, entretanto, conseguiu aprovar a proposta pois tem 13 dos 16 integrantes da comissão. Os únicos parlamentares que rejeitaram o código foram Marina Silva e o deputado Fernando Gabeira (PT-RJ). Até o ministro do meio ambiente, Sarney Filho, entrou em campo para que o projeto não fosse a plenário. O presidente Fernando Henrique Cardoso também se manifestou contra o aumento das áreas de devastação.

Pressão — “O governo está sendo pressionado por entidades internacionais”, reclamou o sena-

dor Moreira Mendes (PFL-RR). “Em vez de os ruralistas pedirem mais áreas para serem devastadas eles deveriam querer mais tecnologia para usar as áreas que têm”, argumentou Marina Silva. Derrotado na comissão, o governo federal tentará protelar o máximo possível a chegada do projeto ao plenário.

O código permite aos fazendeiros utilizar áreas de preservação permanente, como matas ciliares, nascentes e mananciais, no cálculo da área florestal a ser mantida. O código também dispensa a recuperação de reservas em áreas destruídas. Os ruralistas também adicionaram ao texto um artigo que prevê indenização para os prejuízos resultantes dos limites da devastação.

SOCIOMBIENTAL	Fonte	JB (Cência)
	Data	6/9/2001
	Pg	11
	Class.	146

Documentação